

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Parintim n.º 19

Class.: PIR 1981

Data: jun-jul/80

Pg.: 07

PIRAHÃ: ÍNDIOS-CASTANHEIROS.

ROUBO DE TERRAS E ASSASSINATO: FUNAI SABE E NÃO FAZ BULHUFAS

Os índios Pirahã, coletores de castanha na região dos rios Maici e Marmelos, municípios de Humaitá — Amazonas, estão reivindicando cerca de dez grandes castanhais que foram ilegalmente apropriados por um ex-inspetor do antigo SPI, Sr. Sebastião Pereira, havendo o genro deste último, Eduardo Duarte, "herdado" as terras indígenas. Em 1975 o índio Silvério foi assassinado por um tal de Otávio que até hoje continua impune.

O Pe. José Sagues, da Prelazia de Humaitá, já denunciou os fatos à FUNAI em duas ocasiões diferentes, recebendo como respostas um lacônico telegrama do Gal. Ismarth e uma carta evasiva, em setembro de 1979, do Eng. Adhemar Ribeiro da Silva, em que este fazia algumas promessas vagas que nunca foram cumpridas.

ROUBO DE TERRAS

Todo mundo sabe que o rio Maici pertence aos índios; entretanto, nos últimos tempos dos "donos" se apropriaram da área: o Sr. Eduardo Duarte e Tita S. Lopes, representante de um grupo de herdeiros, que ocuparam a margem direita considerando-se da nascente para a foz. Descendo desde a Transamazônica para a boca do rio Maici Grande existem 20 grandes castanhais, dos quais dez deles já se encontram nas mãos do Sr. Eduardo Duarte e Francisco Alecrim.

Os castanhais "Nove de Janeiro", "Mutum Agã", "Cotibi", "Barauna", "Posto", "Santa Cruz", "Solveira I", "Solveira II" e "Pico de Corte" são explorados pelo Sr. Eduardo Duarte, abastado comerciante que mora em Manaus mas possui lojas de comércio e representação de produtos regionais em Manicoré e Humaitá. Apesar de possuir os nove castanhais, ele afirma ter título definitivo apenas dos três últimos, datados de 1938.

Eduardo Duarte se apoderou dos castanhais da seguinte forma: quando começou o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) havia vários postos indígenas nos rios Marmelos e Maici, sendo inspetor destes lugares o Sr. Sebastião Pereira, um nordestino que fez o próprio patrimônio pessoal às custas do patrimônio indígena, aproveitando dos produtos e da mão de obra indígenas. O genro dele Eduardo Duarte; é hoje o herdeiro desta fortuna, uma das maiores do rio Madeira.

Ao longo do rio é explorada a castanha, a pau-rosa, a sorva, madeiras de lei e produtos de caça e pesca. Rebocadores sobem o rio para retirarem

os produtos. No caso da castanha esta é quebrada pelos índios em suas próprias terras e trocada por mercadorias por cachaça e bugigangas em forma desonesta. No inverno, "civilizados" se deslocam para a área, registrando-se muitos casos de prostituição da mulher indígena.

FUNAI SE OMITE

O castanhal "Chororó" é explorado pelos Parintintim, enquanto os castanhais "Fortuna", "Se'e de Março", "Tuxaua", "Coatã", "Bacaba", "Gapui", "Ponta Limpa", "Capoeira" e "Terra Preta" são explorados pelos índios Pirahã.

No rio Maici Mirim, os índios Arucã, Manuel Lopes e Cândido, Parintintim, reclamam do Sr. Eduardo Duarte os seus castanhais roubados. No castanhal "Passa Bem", o regatão Francisco Alecrim está tirando sem dar a menor indenização aos índios.

O povo Pirahã ainda se encontra com muitos traços culturais puros, como receber e de seus antepassados. A língua Pirahã é usada na sua totalidade, sendo que apenas alguns homens falam um pouco de português, o que facilita todo o processo de rapina, engano e trapagens.

Em 1975, um tal de Otávio, morador do rio Marmelos, matou o índio Silvério, alegando que o índio "estava roubando mandioca". O tenente da polícia de Manicoré, Bené, não quis conduzir o assassino para Manaus argumentando que "as passagens eram caras". O colega do morto Brasiliiano Pirahã conta que Otávio matou Silvério, amarrando pedras em seu corpo, cortou o pescoço e jogou-o no fundo do rio. O assassino continua solto, e foi morar no rio Manicoré. A FUNAI nada investigou.

Diante desses fatos, o Pe. José Sagues denunciou à presidência da FUNAI. No dia 21 de novembro de 1978, o então presidente, Gal. Ismarth, lhe enviou um telegrama acusando o recebimento e "agradecendo a colaboração e alto espírito indigenista" e prometendo "dentro poucas possibilidades FUNAI estou verificando maneira minimizar quadro apresentado".

Outra não foi a resposta do Eng. Adhemar Ribeiro em 27 de setembro de 1979, quando escreveu uma carta ao padre, prometendo constituir um grupo de trabalho com a finalidade de proceder o levantamento da situação. No entanto, até hoje não foi tomada nenhuma medida concreta.